DocuSign Envelope ID: E86102A7-137B-4C8B-B27C-C0D112C51CDB

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Transportes Metropolitanos

EMTU

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

INTRODUÇÃO

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 30 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

NOVA LEGISLAÇÃO

AJUSTE FISCAL

Em outubro de 2020, foi aprovada a Lei Estadual N° 17.293, a qual estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e, dentre outras providências, autoriza a promover a extinção de entidades descentralizadas, dentre elas, a EMTU/SP.

A Diretoria da empresa se empenhou em manter constante interlocução com a STM, visando atender aos quesitos do Plano de Desmobilização da EMTU/SP. Também cumpriu seu compromisso em manter o Conselho de Administração informado sobre o andamento desse assunto. Durante o exercício 2021, foi editado o Projeto de Lei Complementar Nº 45, de 25/11/2021, que trata da criação de uma Agência Reguladora de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo - ATCESP e posteriormente em 02/12/2021 editado o texto Substituto nº 1 a esse Projeto de Lei, que trata da Criação da Agência Metropolitana Executiva de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo - AMT/SP.

1. GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO

1.1. POR REGIÃO

• Região Metropolitana de São Paulo

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 529 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 3.865 ônibus (RMO/dez/21). Em 2021 foram transportados na RMSP cerca de 321,1 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento nessa região possui 8.129 veículos cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2021, no sistema Regular, foram realizadas 8.240 fiscalizações em campo, mais de 43 mil fiscalizações eletrônicas e 17,13 mil inspeções de frota, nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

Na RMSP está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus - Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi com 45 km de faixas (33 km exclusivas e 12 km compartilhadas) para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 12,3 km de extensão, sendo 9,6 km de faixa exclusiva em Guarulhos.

O Corredor Itapevi - São Paulo está em fase de implantação, sendo que os terminais Carapicuíba, Luiz Bortolosso (Km 21) e Vila Yara (Amador Aguiar) já estão em operação.

Atualmente todas as cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo possuem o serviço regular de ônibus em regime de Concessão. As concessionárias que operam na RMSP são as seguintes:

Região	Concessionária	Objeto	Municípios
Área 1 Sudoeste	Intervias	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
Área 2 Noroeste	Anhanguera	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Área 3 Nordeste	Internorte	Linhas Regulares (Comuns, Seletivas e Sist. Aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.
Área 4 Leste	Unileste	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Área 5 Sudeste	NEXT (Metra)	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas) Corredor São Mateus-Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e São Paulo.

Por meio do Termo Aditivo n°13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A., as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

Os estudos para o aprimoramento dos serviços de ônibus intermunicipais das demais quatro áreas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) estão avançados e serão divulgados tão logo estiverem concluídos.

CARTÃO TOP

No dia 05 de novembro de 2021, o Governo de São Paulo anunciou o lançamento do cartão TOP. O cartão TOP veio a substituir o cartão BOM e será feito de forma gradativa, permitindo novas funcionalidades sem interferir nos benefícios já proporcionados aos passageiros que utilizam o cartão de transporte atual. O plano de modernização dos meios de pagamento foi iniciado em setembro de 2019 com as atividades do sistema TOP nos trilhos e inicia em 2021 uma etapa fundamental no processo de modernização dos meios de pagamento dos transportes sobre trilhos e linhas de ônibus intermunicipais gerenciadas pela EMTU na Região Metropolitana de São Paulo. O novo cartão TOP é uma iniciativa pioneira e única no país. Pela primeira vez, uma plataforma agregará e integrará funções de pagamento de transporte, débito e crédito e, futuramente, diversos outros serviços de relevância ao cidadão. Desde o lançamento, serão oferecidos serviços financeiros, como a Conta Digital e o cartão multifuncional que, além de cartão de transporte, também é cartão de débito e crédito aceito em mais de dois milhões de estabelecimentos comerciais. Assim como o BOM, o Cartão TOP poderá ser usado para embarque nas linhas da EMTU operadas na Região Metropolitana de São Paulo, além da CPTM e Metrô. O passageiro segue contando com o benefício do desconto de R$ 1,50 na integração entre ônibus e trilhos.

BRT ABC

O Projeto do BRT ABC foi oficialmente apresentado pelo governo no dia 07 de maio de 2021. Trata-se de uma conexão via corredor exclusivo entre os municípios de São Paulo, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André, operada com ônibus elétricos, que será implantada pela concessionária NEXT, com gerenciamento da EMTU/SP. A previsão é de que essa infraestrutura inicie operação em 2023.

NOTÍCIAS

Em 24 de fevereiro de 2021, foi entregue o Terminal Metropolitano Amador Aguiar - Vila Yara, na cidade de Osasco, após obras de ampliação e reforma realizadas pela EMTU/SP. O Terminal faz
parte do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo e agora conta com cinco plataformas de embarque e desembarque cobertas, que atendem mais de 50 linhas de ônibus metropolitanas e municipais.

Em junho, foi entregue o Terminal Metropolitano Carapicuíba, que faz parte do mesmo corredor. Ele está localizado ao lado do Terminal Municipal e em frente à Estação Carapicuíba da CPTM, facilitando o deslocamento dos usuários do transporte público.

O Terminal São Mateus foi destaque na mídia por abrigar um posto de acolhimento a mulheres em situação de violência. O posto "Por Elas - Pelo olhar ressignificamos" começou a funcionar em março de 2021 acolhendo e orientando mulheres vítimas de assédio e agressões por meio de profissionais das áreas de saúde e assistência social.

Com a assunção da área 5 pela concessionária NEXT, a EMTU/SP promoveu a inclusão de 116 veículos novos em substituição aos veículos velhos, reduzindo a idade média da frota, melhorando o conforto e a segurança dos usuários e reduzindo a emissão de gases de efeito estufa e material particulado.

• Região Metropolitana da Baixada Santista

A RMBS é formada por 9 cidades e por elas circulam 59 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 465 ônibus (RMO/dez/21) e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) que em 2021 transportaram quase 45 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 921 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2021, no sistema Regular, foram realizadas 5.399 fiscalizações em campo, mais de 1 mil fiscalizações eletrônicas e 2.550 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2021, esse sistema transportou cerca de 4,9 milhões de passageiros.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias-Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e Barreiros-Samaritá (São Vicente), que está em fase contratação dos Projetos Executivos e aguardando emissão da LP - Licença Prévia, cujo pedido foi protocolado junto à CETESB em 30/12/2021.

VLT

A operação conta com o total de 22 veículos (VLTs) operacionais. Atualmente o intervalo entre partidas no horário de pico é de 8 minutos.

NOTÍCIAS

Em maio, o treinamento para capacitar condutores do VLT da Baixada Santista foi destaque no jornal A Tribuna, de Santos. A reportagem fez menção ao simulador de condução do Consórcio BR Mobilidade e entrevistou profissionais sobre os desafios e a rotina à frente do veículo.

No dia 09 de agosto de 2021, o Secretário dos Transportes Metropolitanos e representantes da EMTU/SP se reuniram com o Prefeito de Santos visando aprimorar a parceria com a administração municipal para que o cronograma de obras do trecho Conselheiro Nébias-Valongo seja cumprido e a extensão comece a operar parcialmente ainda em 2022. O cronograma previu abertura de onze frentes de serviços até o primeiro semestre de 2022.

Em novembro, quatro grupos de pessoas com deficiência atendidas pela APAE Santos visitaram o VLT da Baixada Santista. Esse estudo do meio teve objetivo de propiciar a vivência na utilização do transporte coletivo, bem como treinar a locomoção no meio urbano

• Região Metropolitana de Campinas

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 151 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 368 ônibus (RMO/dez/21) que em 2021 transportaram cerca de 25,11 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.472 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2021, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 5.088 fiscalizações em campo, 662 fiscalizações eletrônicas e 9,8 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 20,9 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Sta Bárbara D´Oeste, área que concentra 70% das viagens na RMC.

Em Hortolândia, foram entregues mais 4,8 km de faixa exclusiva em setembro de 2021, totalizando 8,3 km de faixa exclusiva e 10 paradas. Esse trecho conta ainda com 0,6 km da ponte estaiada construída pela Prefeitura e com duas alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia, tornando a conexão com a rodovia mais direta.

Em 2021 iniciou-se o processo para contratação da continuidade do licenciamento ambiental para implantação do Trecho Variante Sumaré-Hortolândia.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS

No mês de agosto, a EMTU/SP determinou um aumento do número de ônibus em linhas metropolitanas que ligam Campinas e Vinhedo. Quatro linhas operadas pelo Consórcio BUS+ tiveram um acréscimo de 34 viagens, beneficiando diariamente cerca de 7,5 mil passageiros.

Em setembro ocorreu evento de entrega do trecho em Hortolândia do Corredor Metropolitano Biléo Soares.

Em outubro, a EMTU/SP lançou o Circuito Campinas de Saúde nos Terminais Metropolitanos Americana, Hortolândia e Campinas em parceria com o Instituto SAUTEC. A ação de saúde visou orientar os passageiros sobre a prevenção de doenças, realizando testes de glicemia e aferição de pressão arterial.

• Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 78 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 233 ônibus (RMO/dez/21) que transportaram, em 2021, aproximadamente 10,82 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 2.070 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2021, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 2.928 fiscalizações em campo, 76 fiscalizações eletrônicas e aproximadamente 4,5 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

No mês de setembro, o trabalho de fiscalização realizado da região foi destaque na TV Vanguarda. O representante da Gerência Regional do Vale do Paraíba falou sobre as fiscalizações programadas que acontecem regularmente com foco na segurança dos passageiros. O objetivo das fiscalizações é combater o transporte irregular de passageiros, oferecendo mais segurança, qualidade e eficiência aos cidadãos que utilizam o sistema metropolitano.

• Região Metropolitana de Sorocaba

A RMS é composta por 27 municípios. Nessa região operam 85 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo que são operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 142 ônibus (RMO/dez/21). Em 2021, cerca de 6,18 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.848 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2021, no sistema Regular, foram realizadas mais de 1.304 fiscalizações em campo, 56 fiscalizações eletrônicas e mais de 2,18 mil inspeções de frota nos dois sistemas Regular e Fretamento.

1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR

• **Passageiros transportados** (jan-dez/21)

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	321,10
RMBS	44,97
RMC	25,11
RMVPLN	10,82
RMS	6,18
Total Geral	**408,18**

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

• **Características da frota cadastrada - Sistema Regular** (dez/21)

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	6,8	3.769	4.128
RMBS (*)	1,84	486	489
RMBS (**)	5,73	22	22
RMC	5,3	312	329
RMVPLN	6,01	182	374
RMS	9,82	95	146
TOTAL	**6,29**	**4.866**	**5.488**

RMBS (*) - ônibus RMBS (**) - VLT

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

RENOVAÇÃO DA FROTA

Entre janeiro e dezembro de 2021, os consórcios e as permissionárias adquiriram 1.116 novos ônibus para atender a população. Destes, 406 são veículos 0km, 100% com acessibilidade universal e destes 191 são dotados de ar-condicionado, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus.

1.3. OUTROS SERVIÇOS

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (Reserva Técnica Operacional) - serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 195 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

Ponte ORCA Zoo (Operador Regional de Coletivo Autônomo) - transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na Plataforma A.

A operação é feita por 3 (três) micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

Entre janeiro e dezembro de 2021, foram realizadas 12.417 viagens transportando 107.959 pessoas.

Fretamento Metropolitano - é uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 22,2 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

***Airport* Bus Service** - ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta. As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema *wi-fi*, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toalete.

1.4. INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca 5,4 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 524 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 195 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 18,5 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e *tablets* que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos

Nas inspeções realizadas nas garagens das empresas operadoras, são verificados mais de 400 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos.

• **Quantidade de inspeções de frota** (jan-dez/21)

Região Metropolitana	Sistemas Regular e Fretamento
RMSP	17.129
RMBS	2.550
RMC	9.895
RMVPLN	4.568
RMS	2.189
TOTAL	**36.331**

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

1.5. CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2021, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 2.620 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 596 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 486 atualizações, 110 correções e 03 criações de linhas. Foram registradas ainda 211.863 ocorrências operacionais, atendidas 15 operações no PAESE - Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 02 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.

1.6. A*ÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL*

Apesar do momento atípico vivido desde 2020, devido à pandemia, a empresa continuou seu esforço em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos: diversas linhas foram reprogramadas com o objetivo de aumentar o número de partidas; algumas linhas receberam reforço em sua capacidade de oferta com a inclusão de veículos com ar-condicionado, wi-fi e acessibilidade universal; outras tiveram seus itinerários alterados para atender a eventos especiais, ou para utilizarem vias mais livres, reduzindo o tempo de percurso sem prejudicar o atendimento.

No período janeiro a dezembro de 2021, foram realizadas 1.588 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas as regiões. Isso representa 67,16% a mais do que o realizado em 2020 inteiro. A tabela a seguir discrimina a quantidade de ajustes realizados por tipo de intervenção.

Intervenções	Total das RMs
ITINERÁRIO	641
TABELA HORÁRIA	388
FROTA	318
TERMINAL	108
TECNOLOGIA	64
DENOMINAÇÃO	39
PARALISAÇÃO/CANCELAMENTO	17
CRIAÇÃO/INCLUSÃO	7
INTEGRAÇÃO	4
TRANSFORMAÇÃO	2
TOTAL	**1.588**

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

1.7. MONITORAMENTO DA QUALIDADE

O Índice de Qualidade **da Satisfação do Cliente - IQC,** juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte - IQT e vem sendo aplicado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU/SP, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços. A amostra é representativa para o total de passageiros, com erro amostral máximo de 3 pontos percentuais e confiabilidade de 95%.

[1] A partir de 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

Em 2020, as pesquisas do IQC foram iniciadas em 03/03/2020, porém, em virtude da pandemia da COVID-19, elas foram paralisadas em 19/03/2020. De lá até o fim de 2021, não foi possível apurar nenhum índice nas regiões que seriam pesquisadas. Dessa forma, não há resultado para o IQC nos anos de 2020 e 2021.

Ano	2016	2017	2018	2019
IQC	**5,19**	**5,26**	**6,95**	**6,94**

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

2.1. PASSAGEIRO ESPECIAL

• **SEC - Serviço Especial Conveniado - LIGADO**

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2021, o Ligado realizou cerca de 763 mil atendimentos, 12,35% a mais que em 2020. Em dezembro de 2021, havia 5.603 usuários cadastrados no sistema (1.214 na RMC e 4.389 na RMSP). Todos os veículos, totalmente adaptados para pessoas com deficiência, são monitorados via satélite, sendo 92 na RMC e 432 na RMSP. Os alunos transportados estudam em 1.149 unidades escolares, 205 na RMC e 944 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEE.

• **Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES**

Em 2021, em função da pandemia da COVID19, o atendimento dos CAPES foi mantido, porém com horário reduzido e foram emitidos 56.647 benefícios (Carteiras de Identificação do Passageiro Especial - CIPES) para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus das cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. A carteira é entregue nas unidades do CAPES São Paulo e Campinas. Nas demais Regiões Metropolitanas, estas entregas são realizadas nas Unidades de Saúde, em virtude da descontinuidade do serviço das unidades do CAPES Móvel no período pandêmico. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde - UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

O "Treinamento continuado" é aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos. O objetivo é facilitar o acesso aos sistemas de emissão de laudos e esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde, responsáveis pelo atendimento ao passageiro especial interessado em obter o benefício da gratuidade.

Carteiras emitidas em 2021	
TOTAL	**56.647**

Em 2000, o CAPEs iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício da gratuidade. Desde a sua inauguração, foram registrados mais de 502 mil cadastros a pessoas com deficiência. Atualmente são atendidas mais de 400 pessoas por dia no local.

REGIONAIS

Visando ao atendimento das pessoas com deficiência usuárias do transporte público metropolitano, em maio, realizou-se parceria com o Centro Médico de Sorocaba, objetivando a disponibilização de espaço mobiliado na recepção do edifício que abriga a Regional de Sorocaba em benefício às ações da EMTU/SP.

Além disso, no mês de dezembro, foi firmado parceria com a Secretaria de Transportes do município de Praia Grande, visando a cessão do direito de uso de uma sala no Terminal Municipal Tatico, na qual serão realizados os atendimentos ao público-alvo do programa de isenção em dias previamente informados a partir de janeiro de 2022.

2.2. PASSAGEIRO ESCOLAR

O benefício do Passe Escolar é oferecido a estudantes e professores de escolas localizadas nas regiões metropolitanas com isenção ou desconto no pagamento da tarifa da linha metropolitana nos trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

Em 2021, 8.450 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 5.757 (68,1%) instituições estavam localizadas na RMSP, conforme tabela a seguir.

RM	QTDE. INSTITUIÇÕES
RMSP	5.757
RMBS	654
RMC	682
RMVPLN	818
RMS	539
TOTAL	**8.450**

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

• **Benefícios do Passe Escolar:**

Meia Tarifa - desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam aos requisitos para obtenção do benefício.

Passe Livre - consiste na isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes bolsistas do programa PROUNI - Programa Universidade para Todos; estudantes financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES; estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade - Programa Escola da Família; estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais; estudantes "Baixa Renda", que são aqueles que comprovem renda familiar "per capita" inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, além de estudantes dos ensinos fundamental e médio, apenas de escolas públicas. Professores não têm direito a este benefício.

Em 2021, foram realizadas 1.846.461 viagens pelos estudantes beneficiados com o Passe Livre nas 04 (quatro) regiões metropolitanas. Destaca-se que houve uma grande queda em relação a 2019, em que foram realizadas 15,8 milhões de viagens com o Passe Livre, em razão da suspensão das aulas em 2020 e lenta retomada em 2021, decorrente da pandemia da COVID-19. O acumulado no período 2015-2021 foi de 79,7 milhões de viagens com 100% de desconto na tarifa.

[2] São consideradas apenas 4 RM's pois a RMBS possui uma política de ressarcimento de gratuidades específica, conforme Contrato de Concessão Patrocinada STM 02/2015.

• **Benefícios concedidos**

O número de benefícios concedidos pela EMTU/SP entre janeiro e dezembro de 2021 nas 05 (cinco) regiões metropolitanas foi de 48.651, dos quais 25.587 (52,6%) com isenção total (Passe Livre) no pagamento da tarifa (exclusivamente a estudantes) e 23.064 com desconto de 50% no valor da passagem do ônibus (estudantes e professores). No mesmo período, houve 61.511 solicitações de Passe Escolar, das quais 79% foram atendidas pela EMTU/SP, em razão de as demais não comprovarem os requisitos mínimos para obtenção do benefício.

Região	Passe Livre	Meia Tarifa	Total
RMSP	17.827	17.217	35.044
RMBS	3.602	2.459	6.061
RMC	1.318	1.263	2.581
RMVPLN	1.144	1.316	2.460
RMS	1.696	809	2.505
TOTAL	**25.587**	**23.064**	**48.651**

2,3. PASSAGEIRO IDOSO

O acesso gratuito dos idosos com mais de 65 anos ao sistema metropolitano de transporte da EMTU/SP está previsto no Estatuto do Idoso, Lei Federal n° 10.741, de 1º de outubro de 2003.

O cartão BOM Sênior permite que o idoso realize o embarque pela porta dianteira do ônibus e, ao aproximar o cartão do validador, passe pela catraca, realizando o desembarque pela porta traseira do veículo, o que permite ao passageiro mais opções de lugares no ônibus.

No entanto, o uso do cartão Sênior não é obrigatório. O acesso ao sistema metropolitano da EMTU/SP pode ser realizado também por meio de qualquer documento pessoal com foto que faça prova da sua idade.

SOLICITAÇÃO À DISTÂNCIA

Desde o dia 18 de fevereiro de 2021, a primeira via do Cartão BOM Sênior pode ser solicitada gratuitamente pelo Whatsapp e recebida na residência do usuário. A solicitação também pode ser realizada pelo *chat* no site do BOM. Esta medida busca dar mais comodidade e segurança para os passageiros idosos.

2.4. RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

• **Campanhas**

Em 2021, foram realizadas diversas ações nos terminais metropolitanos quanto a questões de cidadania e saúde pública. Houve ações de conscientização que englobaram a importância da saúde mental, informações sobre a hanseníase, males do tabagismo, testes de glicemia, aferição de pressão arterial, segurança e cuidados no trânsito, realização de doação de sangue, combate à homofobia, respeito à diversidade sexual e o combate ao mosquito Aedes aegypti, causador de doenças como a dengue, zika e chikungunya. Também foi realizada ação em parceria com o Procon-SP, que visou esclarecer dúvidas sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Em julho, EMTU/SP e STM receberam homenagem do Corpo de Bombeiros em reconhecimento à campanha Verão Seguro, que teve como objetivo redução de afogamentos nas praias. Ainda, em outubro, o Diretor de Gestão Operacional da EMTU/SP foi condecorado com a medalha "Luz da Pátria" na Escola Superior de Bombeiros, em reconhecimento pelo apoio da empresa nas ações e campanhas realizadas para a conscientização e prevenção de afogamentos no litoral paulista.

• **Atendimento aos clientes e comunidades**

Em 2021, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc.) realizaram 73.260 atendimentos e deste total 84,92% relacionados a solicitações de informações.

As principais solicitações continuam sendo sobre Passe Escolar, Serviços das Linhas Intermunicipais e Itinerários. Reclamações e/ou denúncias representaram 12,95% dos atendimentos, enquanto 2,13% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios. Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso - disponível nos nove terminais metropolitanos do Corredor ABD e no Terminal Metropolitano de Cotia, por carta, fax, pessoalmente - na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número 0800 724 0555.

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe Escolar	**14.858**	**20,28**
	Serviços das linhas intermunicipais	**11.824**	**16,14**
	Itinerário	**7.562**	**10,32**
	Horário	**6.934**	**9,46**
	Outras*	**21.035**	**28,72**
Subtotal - Informações		**62.213**	**84,92**
Demandas	Sugestões e Elogios	**1.559**	**2,13**
	Reclamações e/ou denúncias	**9.488**	**12,95**
Subtotal - Demandas		**11.047**	**15,08**
TOTAL		**73.260**	**100**

Outras (*) (Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, telefone, passe idoso e vale transporte).

• **Redes Sociais, Internet e Imprensa**

Redes Sociais - Até dezembro de 2021 o *Twitter* da EMTU/SP contava com mais de 50,2 mil seguidores; o *Facebook*, 38,3 mil; o *Youtube* mais de 2,9 mil internautas inscritos; o *LinkedIn* mais de 9 mil seguidores; e no *Instagram* 11,3 mil seguidores.

Internet - Em 2021 o site www.emtu.sp.gov.br contou com cerca de 2,1 milhões de usuários e 40,8 milhões de visualizações.

Aplicativo - já foram realizados mais de 2,75 milhões de *downloads* do aplicativo para celulares e *tablets* para consulta de linhas de ônibus, programação da viagem, tempo de percurso, sendo cerca de 403 mil apenas no ano de 2021.

Imprensa - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

• **Comunicação com Usuários**

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

Podcast - Lançado em 2020, o *podcast* informativo da EMTU/SP teve continuidade em 2021, com mais três episódios: Maio Amarelo - mês de conscientização sobre segurança no trânsito; Setembro Amarelo - mês de conscientização e prevenção ao suicídio; e Semana Nacional do Trânsito.

Atendimento via WhatsApp - Clientes do Cartão BOM e passageiros das linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP contam desde 2020 com o atendimento via WhatsApp. Além de oferecer mais comodidade por funcionar 24 horas por dia e todos os dias da semana, ainda é possível cancelar e solicitar a segunda via do BOM, consultar o número do cartão atual, obter orientações de como adquirir a primeira via e receber o cartão em domicílio. No primeiro semestre de 2021, foi incorporado à ferramenta o atendimento para solicitação da primeira via do Cartão Bom Sênior.

Cabe ressaltar que o atendimento via *WhatsApp* se estende também ao cartão TOP, lançado no dia 05 de novembro de 2021 e visa à substituição gradual do cartão BOM.

• **Eventos Técnicos**

Em 2021, a EMTU foi premiada pela Campanha IIA MAY - IIA Brasil, que seleciona as melhores práticas e ações de Auditoria Interna.

Em setembro, a EMTU/SP participou do Summit STM, que visou difundir conhecimento, inovação e boas práticas adotadas pelas empresas a ela vinculadas. Foram apresentadas iniciativas e projetos desenvolvidos pela empresa nos painéis: Gestão e Eficiência da Máquina Pública ("Auditoria Interna - Uma ferramenta para gestão e a eficiência na máquina pública); Cidadania e Inclusão Social ("Por Elas - Pelo Olhar Ressignificamos"); Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente ("A EMTU e a Energia Solar/ Fotovoltaica"); e Mobilidade Urbana ("Um modelo alternativo para mobilidade urbana").

Ainda, no segundo semestre, a área de Auditoria da EMTU/SP iniciou o Ciclo de Palestras que objetiva conscientizar o público sobre a importância da auditoria interna dentro do conceito de gestão e eficiência da máquina pública. Foram realizados três encontros com especialistas da área, os quais foram abertos inclusive a público externo à empresa. A previsão é de que ocorram mais encontros e discussões até março de 2022.

Para fechar o ano, em dezembro, a EMTU/SP marcou presença na BUS Brasil Fest (BFF), maior exposição de ônibus da América Latina, expondo veículos de empresas que operam os sistemas intermunicipais gerenciados por ela.

2.5. MEIO AMBIENTE

• **Acompanhamento da Gestão Ambiental do Sistema de Transporte Público Metropolitano**

A EMTU/SP tem a sua disposição, para aprimoramento dos serviços sob sua responsabilidade, o Programa Internacional STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, o qual estabelece mecanismos para acompanhamento da gestão ambiental do sistema de transporte público sob sua responsabilidade, analisando dados operacionais e de consumo emitidos pelas empresas operadoras do transporte, possibilitando a identificação de ações que venham a colaborar com a melhoria das condições ambientais.

O STAQ foi desenvolvido por meio de convênio de cooperação técnica entre a EMTU/SP e a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, entidade que recebeu doação financeira do Banco Mundial para o desenvolvimento de estudos e metodologias para implantação de gerenciamento ambiental e inserção de tecnologias limpas no transporte metropolitano.

• **Certificação Ambiental**

A EMTU/SP também tem à sua disposição um referencial técnico desenvolvido em conjunto com a Fundação Carlos Vanzolini - FCAV, órgão aplicador brasileiro da certificação de qualidade ambiental e energética AQUA-HQE para instalações prediais em geral. O referencial, atualmente em trâmite para aprovação, traça diretrizes para que se possa oferecer melhor infraestrutura para os cidadãos das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, para o aperfeiçoamento da utilização da infraestrutura e serviços locais, redução do consumo de recursos naturais e de geração de resíduos e redução do custo de utilização da construção para o usuário, entre outros aspectos relevantes.

• **Programa ConscientizAR**

O Programa ConscientizAR visa diminuir a emissão de poluentes dos ônibus metropolitanos com a conscientização das empresas operadoras sobre a necessidade de manter os motores regulados. A emissão da fumaça preta é medida pelo opacímetro e em caso de reprovação do veículo, a operadora é notificada e na reincidência multada.

Em 2021, 25,6% da frota total cadastrada na EMTU/SP foi inspecionada através do programa e, dessa parcela, 83,2% veículos foram aprovados, totalizando um número de 5.223 veículos.

Região Metropolitana	Inspeções	Frota Aprovada	Índice de Aprovação
RMSP	2.629	1.737	66,07%
RMBS	1.169	1.160	99,23%
RMC	1.520	1.440	94,74%
RMVPLN	533	473	88,74%
RMS	429	413	96,27%
TOTAL	**6.280**	**5.223**	**83,17%**

• **Eficiência energética**

Com a bem-sucedida implantação de placas de captação de energia solar em 20 estações de embarque e desembarque do Corredor Metropolitano Biléo Soares, durante 2021 a EMTU reviu e
avançou no planejamento de um projeto piloto de instalação de painéis fotovoltaicos em infraestrutura de transporte público de maiores dimensões com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica da rede da concessionária pública.

2.6. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

• Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI)

A Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno - ACI, em 2021, realizou a revisão da Matriz de Riscos da EMTU/SP, resultando em uma matriz de 9 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado a partir de 2022. Além disso, foi desenvolvida a Matriz de Oportunidades da empresa, a qual encontra-se em tramitação interna para aprovação.

• **Tecnologia da Informação**

São Paulo Sem Papel - Com o objetivo de reduzir e eliminar o trâmite de documentos em papel no âmbito da Administração Pública Estadual, o Programa SP Sem Papel, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Prodesp, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Fundação Vanzolini, foi implantado em todas as áreas da EMTU/SP no primeiro trimestre de 2021. A implantação considerou, inclusive, treinamento individual na plataforma de todos os cadastrados no sistema. Além disso, têm sido realizadas atividades contínuas de suporte e auxílio na utilização do portal aos usuários.

Adequação à LGPD -

Em 2021, objetivando o atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, foram realizados ajustes em bancos de dados, além de estar em andamento o levantamento interno das áreas mais afetadas pela lei, tendo em vista regrar a coleta, armazenamento e utilização de dados pessoais.

Por meio do Ato do Presidente nº 30/2021, foi designado Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (*Data Protection Officer - DPO*) para atuar como canal de comunicação da EMTU/SP entre os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD no tratamento de dados pessoais.

• **Recursos Humanos**

Educação no Trabalho - em dezembro de 2021 constavam no quadro da empresa 24 estagiários de nível superior, contratados por intermédio do agente de integração CIEE - Centro de Integração Empresa Escola.

Aprendiz - em atendimento ao Decreto n° 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CAMP-SBC e do ESPRO, em dezembro de 2021, a empresa contava com 12 Aprendizes.

Treinamento - Até o mês de dezembro de 2021, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 9.729 horas de treinamento, apresentando a média de 67,49 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R$ 28.780,00 representando uma média per capita de R$ 29,16. Em razão da Pandemia, os treinamentos tiveram enfoques de capacitação e atualização profissional no formato de Ensino à Distância - EAD, especialmente oferecidos pelo SEST/SENAT, destacando-se o significativo número de colaboradores treinados nos assuntos relacionados à 'Metodologia 5s', 'Administração de Terminais Rodoviários', 'Cidadania no Transporte de Passageiros', 'Comunicação Interpessoal e Atendimento ao Cliente', 'Conhecendo o Transporte de Cargas e de Passageiros', 'Conhecimentos Básicos de Fiscal de Transporte Urbano', 'Liderança', entre outros temas.

2.7. AÇÕES CONTRA COVID-19

Grupo de trabalho - O GT-COVID, criado pela diretoria da empresa visando agilizar medidas preventivas e fazer o acompanhamento e conscientização dos colaboradores em relação à pandemia, continuou sua atuação durante 2021, monitorando e dando suporte aos colaboradores e dependentes com COVID-19, disseminando informações por meio da *newsletter* "Um minuto para saber", realizando pesquisas de acompanhamento junto aos colaboradores recuperados da COVID-19, realizando bate papos digitais com os colaboradores, entre outras atividades.

Conscientização da população - A Gerência de Marketing Institucional (GMI) produziu diversos conteúdos paras as redes sociais da empresa com o objetivo de conscientizar a população sobre a gravidade da pandemia e as maneiras de se evitar a contaminação pelo novo coronavírus.

Também foram realizadas campanhas de conscientização nos Terminais Jabaquara, Diadema e São Mateus, com distribuição de itens de proteção, como álcool em gel e máscaras, realização de testes rápidos e campanha de vacinação nesses dois últimos terminais.

Intensificação da limpeza de estações e terminais - Para reforçar o combate e prevenção à COVID-19, as concessionárias que atuam nas regiões metropolitanas de São Paulo intensificaram a limpeza dos terminais que operam, além das 15 estações do VLT na Baixada Santista.

Além desse trabalho contínuo, em abril contamos com o esforço de uma equipe do Exército Brasileiro, que realizou a desinfecção em Terminais Metropolitanos.

3. CORREDORES METROPOLITANOS E VLT *(em operação)*

3.1. CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (Corredor ABD) (33 km) e Extensão Diadema-Brooklin (12 km)

O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. São 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus com rede aérea para os trólebus, 9 terminais de integração. Posteriormente o corredor recebeu uma extensão de mais 12 km que, a partir do Terminal Diadema, segue para a região da Av. Berrini em São Paulo. A utilização dessa extensão, que não é eletrificada, é compartilhada com os ônibus da SPTrans. No município de São Paulo atende a Estação Brooklin-Campo Belo da Linha 5-Lilás do Metrô e Estações Berrini e Morumbi da CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Com isso as 12 linhas metropolitanas desse corredor metropolitano de 45 km de extensão total, atendem em média 5 milhões de passageiros por mês, ou mais de 200 mil pessoas dia/útil. Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está a cargo do Consórcio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (antes Metra, agora Next) sob regime de concessão.

SERVIÇOS

O Corredor ABD conta ainda com serviços de "Achados e Perdidos", o "Programa Acessa São Paulo", 'Farmácia Dose Certa", e bicicletários nos Terminais Jabaquara, São Bernardo do Campo e Santo André Oeste.

MELHORIAS

Dentro das premissas de melhorar a conectividade da rede de transporte e das condições básicas de integração, conforto, segurança e acessibilidade ao transporte, a EMTU/SP promoveu obras para adequação às atuais normas de acessibilidade nos terminais que fazem parte desse corredor, restando apenas a readequação do Terminal Jabaquara, prevista para iniciar ainda em 2022.

SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Ao longo do mês de outubro, a fiscalização da EMTU/SP promoveu um trabalho de conscientização junto ao departamento de operações da concessionária NEXT e com apoio da Polícia Militar, CPTRAN e Guarda Civil Metropolitana para alertar pedestres e ciclistas sobre o risco de circular na pista exclusiva do Corredor ABD. Quem caminhava ou pedalava nas faixas de ônibus do corredor foi abordado pela equipe e recebeu orientações.

3.2. CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI) (12,3 km)

O Corredor Guarulhos-São Paulo (Tucuruvi, região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMSP. Atualmente está em operação o trecho de 12,3 km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, dos quais 9,6 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus (Taboão, Cecap e Vila Galvão) e 19 estações de parada. Com integração tarifária, os passageiros contam também como uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.

• **Trecho Vila Galvão-Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km)**

O processo de licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP - Licença Ambiental Prévia e LI - Licença Ambiental de Instalação foi concluído em 2021. No entanto o Projeto Executivo, elaborado em 2009 não atende mais a legislação municipal e por esse motivo, o inteiro projeto deverá ser refeito para incluir, entre outras exigências, do Plano de Mobilidade de São Paulo, a inclusão de ciclovia ao longo do traçado.

3.3. CORREDOR ITAPEVI - SP (22,7 km)

O traçado de 23,6 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Bueno (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

• **Trecho Itapevi - Jandira (5 km)**

Este primeiro trecho do corredor entregue em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 - Diamante da CPTM, propiciando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

• **Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba (8,8 km)**

As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vitório Fornazaro, Sta. Terezinha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas para 17 linhas de ônibus.

• **Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco Km 21 (2,2 km)**

Nesse trecho, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes dessa ligação incluem a construção de 2,2 km de viário, duas paradas e o viaduto Carapicuíba. e aguardam a Licença Ambiental de Instalação da CETESB, para ser dada ordem de início em relação à liberação de área ocupada às margens da ferrovia da linha 8 da CPTM. O contrato contempla a construção do viaduto Carapicuíba, Parada Brasil e a conclusão da Parada Fórum. As obras do Viaduto estão previstas para 2022 com a Ordem de Serviço ainda no primeiro trimestre.

• **Trecho Osasco km 21 - Terminal Vila Yara (divisa Osasco-SP) (6,7 km)**

O primeiro contrato para obras nesse quarto trecho contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em março de 2018 e entregues em fevereiro de 2021.

Um segundo contrato incluirá a execução de 6,7 km de viário e 10 estações de embarque e desembarque no trecho de viário na Avenida dos Autonomistas. O Termo de Referência para contratação das obras viárias está em elaboração. Este trecho já conta com os projetos Básico e Executivo e Licença Ambiental Prévia. Os recursos necessários estão previstos no orçamento para 2022, e o Termo de Referência para licitação está concluído.

3.4. CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) (31,7 km)

O corredor da RMC possui 31,7 km extensão, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D´Oeste. Desse total 20,9 km são de faixas exclusivas para ônibus. Em Campinas, o Corredor conta com 3,8 km de faixas exclusivas, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, uma Estação de Transferência e mais duas paradas com elevador, além das Paradas Alberto Sarmento e Balão do Tavares. Em Hortolândia há 3,5 km de faixas exclusivas, o Terminal Hortolândia, além da Estação de Transferência Pinheiros. Em Sumaré a população conta com a Estação de Transferência Km 101 - Maria Antônia, próxima à Rodovia Anhanguera, fora do eixo do corredor, porém importante para a organização das linhas da região. Em Nova Odessa há 5,7 km de faixas exclusivas, uma estação Rodoviária (Dona Catharina Fernandez Welsh) e a Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixas exclusivas

continua

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 20:31:44 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: E86102A7-137B-4C8B-B27C-C0D112C51CDB

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de Transportes Metropolitanos

EMTU

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

além do Terminal Metropolitano de Americana e a Estação de Transferência Abdo Najar. Em Santa Bárbara D´Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, 6,2 km de faixas exclusivas e duas Estações de Transferência, a Amizade e a São Paulo.

• **Trecho Nova Odessa-Americana-Sta. Bárbara D´Oeste (24,3 km)**

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e "obras de arte" (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D´Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro desse ano foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018) envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D´Oeste com ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Ocorreram adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

Está em análise na CETESB a solicitação da LO - Licença Ambiental de Operação para o empreendimento ainda não emitida pelo órgão.

• **Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (5,4 km)**

Esse trecho do corredor abrange parte da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) e já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 e terminadas entregues em 2021. As obras incluíram duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosolém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova América e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada II na Av. Lix da Cunha, em Campinas.

3.5. VLT - SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.

• **Trecho São Vicente (Barreiros) - Porto (Santos) (11,5 km)**

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, iniciou atendendo diariamente cerca de 27 mil pessoas da região.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLTs, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLT's e conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações - CCO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações. A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do CCO.

• **Trecho 2 Conselheiro Nébias - Valongo (Santos) (8 km)**

O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselheiro Nébias-Valongo, teve o edital de obras aprovado pelo Governo do Estado no final de março de 2018 e ligará a Linha 1 Barreiros-Porto, a partir da estação Conselheiro Nébias, até a região central de Santos, no bairro Valongo. A Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada no dia 24 de setembro de 2020.

Serão mais 8 km de extensão, 14 estações de embarque e 7 novas composições em operação. Com a capacidade de transportar 35 mil pessoas por dia, a estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já foram contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Em setembro de 2020 a Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB e autorizado o início da obra. No mesmo período foram iniciadas as desapropriações com liberação das áreas em 2021. A previsão de entrega completa das obras está para o início de 2023.

• **Trecho 3 Barreiros - Samaritá (São Vicente) (7,5 km)**

Com uma extensão de 7,5 km, esse trecho possui projeto básico concluído. Está em andamento o processo de contratação do Projeto Executivo para o trecho.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 2021, a realização da gestão financeira demonstra que a EMTU/SP, apesar das grandes dificuldades geradas pela pandemia, manteve sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

Grande parte das receitas operacionais da empresa são diretamente relacionadas à demanda de transporte de passageiros. As perdas foram absorvidas pela utilização de recursos próprios de caixa em conjunto com ações estratégicas e tempestivas, de ordem econômica e financeira, do corpo gestor e diretivo da empresa.

A EMTU encerrou o ano de 2021 com disponibilidade de recursos, somente próprios, de R$ 11,3 milhões sem deixar de pagar todos os seus fornecedores regularmente. Cabe lembrar também que a empresa encerrou o ano sem nenhum passivo oneroso com nenhuma instituição bancária.

A gestão econômica registrou o aumento das receitas em 34% resultando no auferimento de lucro operacional bruto de R$ 11,6 milhões. O prejuízo contábil no exercício de R$ 44,9 milhões está impactado pelo valor R$ 31,5 milhões de depreciação e amortização de obras e terminais e R$ 2,4 milhões de provisão para contingências.

A apuração do resultado está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do exercício de 2021.

4.1. REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2021

• **Receitas Próprias / Despesas de Custeio**

Aproximadamente 72% das receitas operacionais da EMTU são diretamente relacionadas à demanda do transporte de passageiros, que apresentou uma queda considerável logo no início da pandemia, da ordem de 70%. Hoje esse valor se mantém em torno de 25% em relação ao exercício de 2019.

Isso causou perdas financeiras significativas, superiores a R$ 60 milhões, de março/20 (início da pandemia) a dezembro/21, e que foram absorvidas pelo saldo disponível de caixa da empresa.

Mesmo diante da perda expressiva de recursos, a EMTU conseguiu manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia sem recorrer a recursos de Terceiros ou do Estado, e fechou o ano de 2021 com o saldo disponível de recursos próprios em caixa de R$ 11,3 milhões.

• **Investimentos - Realizado 2021**

Os Investimentos orçados para 2021 contaram com uma dotação inicial de recursos de R$ 188,3 milhões referentes à LOA 2021 (nº 17.309, de 29/12/2020), e R$ 281,2 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, totalizando uma dotação de R$ 469,5 milhões. Foram disponibilizados, durante o exercício de 2021, R$ 48,5 milhões com recursos da Fonte 1 - Tesouro do Estado e R$ 3,0 milhões da Fonte 006 - DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios), referentes à Restos a Pagar de exercícios anteriores, e somente R$ 0,04 milhões de recursos originários da Fonte 7 - Operações de Créditos, LOA 2021, totalizando R$ 51,5 milhões, totalmente utilizados, representando 100% de realização do recebido pela EMTU/SP (Fonte 1-GESP / Fonte 6-DREM / Fonte 7-CEF). Referente ao aprovado em Lei, foi recebido, e realizado, apenas 10,96%.

A EMTU/SP iniciou o exercício de 2021 com saldo de exclusivo para investimentos no valor de R$ 4,6 milhões e encerrou o ano com saldo positivo de R$ 4,4 milhões.

Para mais informações referentes aos recursos disponibilizados pelo Estado (Fonte 1) e em quais Ações Orçamentárias tais recursos foram alocados, consulte o Plano de Negócios EMTU - 2021 acessando o site da EMTU/SP: www.emtu.sp.gov.br, aba Institucional, item Governança Corporativa.

• **Investimentos - Previsto 2022**

Para o exercício de 2022, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R$ 145,1 milhões, aprovada pela LOA nº 17.498, de 29/12/2021. Considerando que todo o valor oriundo da fonte 1 foi contingenciado (100%), restou apenas R$ 81,3 milhões, referentes à fonte 7, exclusivos para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT). Esse

montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos - R$ 4,4 milhões e R$ 329,9 milhões, relativos aos Restos a Pagar/2019, 2020 e 2021, perfaz o total disponível de R$ 415,6 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706- Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade - PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado de São Paulo.

5. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, item b, do Decreto 64.219, de 06 de maio de 2019, e no artigo 11, §1º, item 1, do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, em sua Deliberação CODEC Nº 04 de 29 de novembro de 2019, estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo.

BALANÇO PATRIMONIAL (Expresso em R$ mil)

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	5	1.640	1.224
Aplicações Financeiras	5	16.419	17.354
Contas a Receber	6	31.176	26.669
Créditos Fiscais a Recuperar		102	234
Estoques		947	235
Créditos Diversos		1.099	1.025
Despesas Pagas Antecipadamente		31	369
Total do Circulante		51.414	47.110
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	7	3.866	3.752
Ônibus Célula a Hidrogênio	6	-	3.100
Total do Realizável a Longo Prazo		3.866	6.852
PERMANENTE			
Imobilizado	8	1.283.437	1.302.736
Intangível	9	822.237	776.571
Total do Permanente		2.105.674	2.079.307
Total do não Circulante		2.109.540	2.086.159
TOTAL DO ATIVO		**2.160.954**	**2.133.269**

PASSIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	21.537	13.123
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	11	6.997	6.395
Provisão para Férias e Encargos		8.353	7.685
Contas a Pagar		2.673	4.092
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	12	3.663	5.365
Total do Circulante		43.223	36.660
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.215	1.718
Depósitos Judiciais		2.694	2.694
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	13	142.297	142.202
Retenções Contratuais		228	213
Projeto PNUD - Ônibus a Célula de Hidrogênio		13.711	-
Total do não Circulante		160.145	146.827
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital Autorizado		2.806.418	2.806.418
Capital a Subscrever		(397.525)	(397.525)
Capital Integralizado		2.408.893	2.408.893
Capital Atualizado		2.408.893	2.408.893
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(447.618)	(402.642)
Ajustes Patrimoniais		(176.811)	(178.060)
Adiantamento para Aumento de Capital		173.058	121.527
Total do Patrimônio Líquido		1.957.586	1.949.782
TOTAL DO PASSIVO		**2.160.954**	**2.133.269**

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Expressa em R$ mil)

	Capital Atualizado			Reserva de	Adiantamentos		Lucros/	
	Capital			Incentivos	para Aumento	Ajuste	(Prejuízos)	
Descrição	Autorizado	A Integralizar	Total	Fiscais	de Capital	Patrimonial	Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**2.806.418**	**(480.368)**	**2.326.050**	**64**	**130.763**	**(178.060)**	**(262.828)**	**2.015.989**
Integralização de Capital	-	82.843	82.843	-	(82.843)	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	73.607	-	-	73.607
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(139.814)	(139.814)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**2.806.418**	**(397.525)**	**2.408.893**	**64**	**121.527**	**(178.060)**	**(402.642)**	**1.949.782**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.249	-	1.249
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	51.531	-	-	51.531
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(44.976)	(44.976)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**2.806.418**	**(397.525)**	**2.408.893**	**64**	**173.058**	**(176.811)**	**(447.618)**	**1.957.586**

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Expressa em R$ mil)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional Líquida	15	114.313	85.346
Custo dos Serviços Prestados	18	(71.088)	(65.322)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		43.225	20.024
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	18	(31.590)	(62.138)
Resultado Operacional Bruto		11.635	(42.114)
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	18	(50.035)	(51.252)
Provisão para Contingência	18	(2.401)	(44.791)
Outras Receitas Operacionais	16	4.832	5.294
Outras Despesas Operacionais	17	(9.955)	(7.604)
Variações Monetárias Passivas		(405)	(374)
Baixa de bens do Ativo Permanente		3	(2)
		(57.961)	(98.729)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(46.326)	(140.843)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	19	1.576	1.369
Despesas Financeiras	19	(226)	(340)
Resultado Financeiro Líquido		1.350	1.029
Prejuízo Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(44.976)	(139.814)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(44.976)	(139.814)
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações		(0,02)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Expresso em R$ mil)

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
RECEITAS	**123.232**		**99.261**	
Vendas de Serviços	124.840		93.880	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.608)		5.381	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	**(25.391)**		**(32.878)**	
Custo dos Serviços Prestados	(17.096)		(18.928)	
Materiais,energia, serviços de Terceiros e outros	(8.295)		(13.950)	
RETENÇÕES	**(38.070)**		**(63.078)**	
Depreciação,Amortização e exaustão	(38.070)		(63.078)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**59.771**		**3.305**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**6.412**		**6.661**	
Receitas Financeiras	6.412		6.661	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**66.183**		**9.966**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**66.183**		**9.966**	
Pessoal e Encargos	79.520	120,16	76.632	768,87
Impostos, Taxas e Contribuições	24.383	36,84	22.465	225,40
Juros e Aluguéis	7.256	10,96	50.683	508,51
Prejuízo do Exercício	(44.976)	(67,96)	(139.814)	(1.402,78)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Expressa em R$ mil)

	31.12.2021	31.12.2020
SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL	**18.578**	**60.238**
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(44.976)	(139.814)
Ajuste por Itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	40.870	66.387
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.608)	5.381
Total	**(5.714)**	**(68.046)**
VARIAÇÕES DO ATIVO		
Contas a Receber	(2.900)	17.352
Créditos Fiscais a Recuperar	132	331
Estoque	(712)	66
Créditos Diversos	(73)	(559)
Despesas Pagas Antecipadamente	338	276
Total	**(3.215)**	**17.466**
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
Fornecedores	8.414	(26.385)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	601	(383)
Provisão de Férias	668	(96)
Contas a Pagar	(1.417)	268
Projeto Ônibus a Célula de Hidrogênio	13.711	-
Passivo Contingênte (Cível e Trabalhista)	95	43.236
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	(1.703)	1.741
Total	**20.369**	**18.381**
Total das Atividades Operacionais	**11.440**	**(32.199)**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Depósitos Judiciais	(114)	(1.174)
Imobilizado	16.818	(81.393)
Intangível	(80.955)	22
Total das Atividades de Investimento	**(64.251)**	**(82.545)**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fornecedores	(502)	(504)
Retenção Contratual	14	(19)
Capital a Subscrever	-	82.843
Ajuste Patrimonial	1.249	-
Adiantamento para Aumento de Capital	51.531	73.607
Aumento de Capital	-	(82.843)
Total das Atividades de Financiamento	**52.292**	**73.084**
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	(519)	(41.660)
SALDO FINAL DO DISPONÍVEL	**18.059**	**18.578**

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Expresso em R$ mil)

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
RECEITAS	**123.232**		**99.261**	
Vendas de Serviços	124.840		93.880	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.608)		5.381	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	**(25.391)**		**(32.878)**	
Custo dos Serviços Prestados	(17.096)		(18.928)	
Materiais,energia, serviços de Terceiros e outros	(8.295)		(13.950)	
RETENÇÕES	**(38.070)**		**(63.078)**	
Depreciação,Amortização e exaustão	(38.070)		(63.078)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**59.771**		**3.305**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**6.412**		**6.661**	
Receitas Financeiras	6.412		6.661	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**66.183**		**9.966**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**66.183**		**9.966**	
Pessoal e Encargos	79.520	120,16	76.632	768,87
Impostos, Taxas e Contribuições	24.383	36,84	22.465	225,40
Juros e Aluguéis	7.256	10,96	50.683	508,51
Prejuízo do Exercício	(44.976)	(67,96)	(139.814)	(1.402,78)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Expresso em R$ mil)

	31.12.2021	31.12.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(44.976)	(139.814)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	(44.976)	(139.814)

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16. Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacamos:

i) Em 1º de janeiro de 2021, entrou em vigor o Decreto 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revogou a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), cuja vigência foi determinada pelo Decreto 65.455 de 30 de dezembro de 2020 alterou o início da revogação, impactando também nas receitas da companhia.

2. IMPACTOS GERADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços.

Diante disso, a partir do exercício de 2020, a Administração da Companhia emitiu normas e procedimentos que tinham o objetivo de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Ademais, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, onde diversas atividades econômicas foram suspensas com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e, consequentemente, diminuir a disseminação do COVID-19.

Diante do cenário de agravamento da pandemia que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, as atividades econômicas da Companhia foram afetadas de forma significativa com o impacto financeiro direto na sua arrecadação, tendo em vista a redução substancial na quantidade de passageiros transportados que ocasionou uma importante redução em suas receitas operacionais, com *reflexos significativos nos fluxos de caixa na Companhia* que, comparado ao período anterior à Pandemia qual seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sofreram redução no montante de R$ 42,179 até 31 de dezembro de 2021 (R$ 41,660 em 2020) e nas receitas uma redução na ordem de R$ 24,287 (R$ 44,204 mil até em 2020).

Ainda como parte das medidas de enfrentamento à Pandemia COVID 19, em 12 de agosto de 2020, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Ofício conjunto SEFAZ/SPOG nº 007/2020 o Projeto de Lei nº 529/2020 que tem por finalidade viabilizar uma série de medidas que objetivem o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado em detrimento dos efeitos da Pandemia COVID-19 sobre suas receitas públicas. Dentre as medidas propostas pelo Governo Estadual, está a extinção de uma série de entidades descentralizadas, sendo que no caso da EMTU/SP houve a autorização para extinção, sem que de fato tenha sido tomadas decisões no sentido de efetivamente dar-se início ao processo. Como justificativa para uma possível extinção da Companhia, foi o fato de que a atual estrutura do Estado, a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, já executa atividades de gerenciamento de contratos de concessão de operação de rodovias, sendo que a junção da gestão dos contratos de concessão dos transportes de passageiros em uma única entidade traria a racionalização dos trabalhos. Com isso, os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP, após processo de uma eventual dissolução, liquidação e extinção da Companhia, poderão ser transferidos ao Estado e poderão, conforme consta no referido Projeto de Lei, bem como poderão ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público.

O referido projeto de Lei foi aprovado em 15 de outubro de 2020 e, consequentemente, promulgada a Lei Estadual nº 17.293 que autorizou, conforme mencionado anteriormente, o poder executivo a adotar providências necessárias a promover a extinção da Companhia. Conforme artigo 2º (segundo) da referida lei, caso seja efetivamente decidido pela extinção da Companhia, a adoção das providências deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias prorrogável por até duas vezes por igual período. Nesse sentido, até a emissão destas demonstrações financeiras, não haviam sido adotadas medidas relacionadas aos procedimentos para dar início à extinção da Companhia, bem como não havia evidências que o Governo do Estado irá fazê-lo. Portanto, a Administração mantém suas atividades operacionais normais e continua preparando suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, essas demonstrações não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Ainda não há evidências que o Governo do Estado de São Paulo irá proceder à extinção da Companhia, cujo cenário atual demonstra estar indefinido se de fato será iniciado um processo de extinção conforme autorizado pela Lei 17.293/2020. Não obstante, a Companhia continua promovendo ações de controle rigorosas para garantir a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos refletidos na atividade operacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis apresentadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

3.2. Apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 6 - Contas a Receber e outros créditos; Nota 8 - Imobilizado, Nota 9 - Intangível e Nota 13 - Provisões para Contingências.

3.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

3.4. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

3.5 Adoção dos pronunciamentos técnicos e convergência às Normas Internacionais de Contabilidade - *IFRS*

A companhia elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2014, portanto as informações comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas de acordo com as novas práticas contábeis e as legislações vigentes.

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da reavaliação dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R$ 4,877 milhões, lançados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

3.6 Reclassificações

Determinados montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Tais reclassificações não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da Companhia, e estão apresentados da seguinte forma:

	Saldos em 31 de dezembro de 2.020		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Custos dos Serviços Prestados	(127.460)	62.138	(65.322)
Resultado Bruto Antes da Depreciação e Amortização			20.024
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais		(62.138)	(62.138)

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

4.2 Instrumentos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

iii) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

4.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

4.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

4.5 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste - RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 8.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 8). O custo inclui gastos que são diretamente atribuível á aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

4.6 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 9).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

4.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *Impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

4.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 13.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R$ 142,297 mil em 31 de dezembro de 2021, conforme Nota Explicativa nº 13.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 7, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

4.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) - corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

4.11 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

4.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

4.13 Receitas de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

4.14 Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

4.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

4.16 Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal

É a vedação às pessoas políticas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo esta exoneração tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Em 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a jurisprudência estendendo o benefício às empresas públicas em razão da natureza das atividades por elas desenvolvidas, quando tratar-se de atividades tipicamente de Estado - Leading Case RE1320054 - Tema 1140.

A EMTU/SP realizou estudo para o aproveitamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, bem como obteve o reconhecimento administrativo da Imunidade Tributária Recíproca, disposta no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis de sua propriedade e/ou posse, situados nos Municípios de Carapicuíba, Hortolândia, Praia Grande e Sumaré.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e Bancos	1.640	1.224
Aplicações Financeiras	16.419	17.354
TOTAL	**18.059**	**18.578**

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	1.424	-	13.142	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	9.811	1.439	9.602	1.439
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	12.527	-	-	-
Ressarcimento de Despesas	17.383	-	10.091	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1.996	-	1.996	-
Monitoramento	188	-	188	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	728	-	1.434	-
Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda.	782	-	4.600	-
Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil	-	-	-	3.100
Outros Créditos	7.434	279	8.321	279
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos	(21.097)	(1.718)	(22.705)	(1.718)
TOTAL	**31.176**	**-**	**26.669**	**3.100**

O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor

continua

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 20:32:06 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: E86102A7-137B-4C8B-B27C-C0D112C51CDB

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Transportes Metropolitanos

EMTU

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infra-estrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário.

Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A. (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

A EMTU/SP em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceiros, desenvolve o projeto “Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil”.

Em 2012 foi transferida a titularidade de um ônibus protótipo para a EMTU/SP por meio do documento “Termo de Transferência de Titularidade de Bens” emitido pelo PNUD em conjunto com o MME, estando tal transferência de acordo com as disposições do respectivo **Documento de Projeto** firmado entre o **Governo da República Federativa do Brasil** e o **PNUD.**

Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 - Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R$ 589 mil (R$ 4,690 milhões em 2020).

A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R$ 22,815 milhões (R$ 24,423 milhões em 2020). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais casos que compõem o saldo de PCLD de acordo com a classificação contábil são os seguintes:

Contas a receber de - Clientes (em reais)

Cliente	Saldo contábil
Tucuruvi Transportes e Turismo Ltda.	2.527.503,40
D. G. Bombonieri Comercio de Alimentos Ltda - ME	1.991.285,72
Markplan - Marketing, Planejamento e Propaganda Ltda.	1.702.825,47
Consórcio Intervias	1.619.913,50
Mobibrasil Transporte Diadema Ltda.	1.545.671,20
Viação Padre Eustáquio Ltda.	1.250.445,61
Companhia de Gás de São Paulo - Comgas	1.115.999,98
Jailton Rodrigues de Sousa Transportes Me	573.429,55
Consórcio Internorte de Transportes	380.457,50
Brasil Mídia	184.734,54
Prefeitura Municipal de Santos	140.175,15
Consórcio Unileste	136.956,87
Francisco de Assis Araujo Camelo - ME	125.191,52
Clientes Abaixo De R$ 100.000,00	383.283,56
TOTAL PCLD CLIENTES	**13.677.873,57**

Contas a receber - Gerenciamento (RESEGE) (em reais)

Cliente	Saldo contábil
Consórcio Intervias	2.073.525,94
Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos	1.807.885,05
Empresa de Ônibus Vila Elvio Ltda.	537.092,80
Auto Viação Americana S/A	431.514,72
Independência Transporte Coletivo Ltda.	117.853,09
Viação Piracema De Transportes Ltda.	208.719,36
Viação Cidade Verde	22.690,38
Expresso Gardênia Ltda.	23.405,80
Cidade Natureza Transportes E Turismo Eireli	17.274,70
Eulálio Alves Do Nascimento Transportes ME	10.959,42
Gercilio Neves Da Silva Transportes ME	10.553,94
Joaquim Bezerra Da Silva Neto	160.031,03
TOTAL PCLD RESEGE	**5.421.506,23**

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS	**31.12.2021**	**31.12.2020**
	Não Circulante	**Não Circulante**
Depósitos Judiciais - Justiça do Trabalho.	2.767	2.848
Depósitos Judiciais - Cíveis e Fiscais.	1.099	904
TOTAL	**3.866**	**3.752**

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

8. IMOBILIZADO	**2021**					**2020**
	Taxa de Depreciação	**Vida Útil (em anos)**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Móveis e Utensílios	10%	10	1.241	1.177	64	99
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	422.842	75.177	347.665	256.380
Edificações	1,1866% a 1,2400%	70	151.857	1.658	150.199	145.596
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.704	4.427	2.277	2.298
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	4.500	-	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	86.503	399.240	395.910
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	3.976	3.480	496	70
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.002	2.541	461	329
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	29.705	9.351	9.859
Imobilizações em Andamento	0%	-	353.005	-	353.005	486.146
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-	16.811	-
Instalações	10%	10	1.524	1.423	101	111
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	7.116	3.767	5.938
TOTAL			**1.501.144**	**217.707**	**1.283.437**	**1.302.736**

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - IFRS

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da revisão dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R$ 4,877 milhões, contabilizados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2.021 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R$ 353.005 (R$ 486.146 em 2.020) referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2021	**31.12.2020**
	Não Circulante	**Não Circulante**
Obras em andamento - São Paulo	157.845	337.810
Obras em Andamento - Baixada Santista	125.094	89.767
Obras em Andamento - Campinas	67.441	55.944
Obras em Andamento - Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento - Sorocaba	1.552	1.552
TOTAL	**353.005**	**486.146**

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

O referido trabalho resultou, até 31 de dezembro 2019, na transferência do montante de R$ 905.883 milhões para o imobilizado em uso referente ao VLT Baixada Santista e das obras relativas aos corredores metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, que já possuem trechos em operação e R$ 867.930 milhões, para o ativo intangível relacionado aos corredores metropolitanos.

8.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados - *Impairment Test*

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. O modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofre interferência de políticas público-sociais. Nesse sentido a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

8.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, consequentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

A partir de janeiro de 2021		**Até dezembro de 2021**	
		Estimada	**Definida**
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	**10 anos**
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 70 anos	70 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R$ 5.811.307,61.

9. INTANGÍVEL	**2021**					**2020**
	Taxa de Amortização	**Vida Útil (em anos)**	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.689	5.499	190	267
Marcas e Patentes	-	-	9	-	9	9
Projetos e Desenvolvimento Sistema Trólebus	5%	20	17.067	17.067	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	435	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	70	1.042.260	222.301	819.959	774.216
TOTAL			**1.067.539**	**245.302**	**822.237**	**776.571**

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo intangível que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R$ 24.510.456,66.

Em decorrência das transferências demonstradas na Nota Explicativa nº 8, durante o exercício de 2019 foi contabilizado o montante de R$ 131,131 milhões relativo à amortização dos custos com corredores metropolitanos transferidos para o ativo intangível, sendo que desse montante R$ 96,414 milhões foram contabilizados como ajuste de exercícios anteriores e R$ 34,717 milhões no resultado do exercício.

9.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis - *impairment test*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangíveis e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Ademais, conforme mencionado anteriormente, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofre interferência de políticas público-sociais.

Nesse sentido a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas que deram origem a esses ativos intangíveis (Corredores Metropolitanos), não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

10. FORNECEDORES	**2021**		**2020**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Secretaria da Receita Federal - Refis	502	879	502	1.382
CMT	1.410	-	4.098	-
Serviço Especial - Ligado	11.944	‘	-	-
Remição/Remição RTO/Senior	1.354	-	1.189	-
Programa Passe Livre	706	-	610	-
Porto Seguro	1.214	-	1.164	-
TB	578	-	525	-
Noxxon	230	-	228	-
Ame	-	-	246	-
Metra Sistema Metropolitano	100	-	98	-
Benner	53	-	26	-
Bus+	-	-	934	-
Sodexo	426	-	310	-
Ticket	151	-	124	-
Outros	2.869	336	3.069	336
TOTAL	**21.537**	**1.215**	**13.123**	**1.718**

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2021	**31.12.2020**
IRRF a recolher	1.753	1.567
ISS retido na fonte a recolher	135	234
PASEP a recolher	129	67
COFINS a recolher	597	308
INSS retido na fonte a recolher	204	269
Retenção CPRB a recolher	147	97
Total obrigações fiscais	**2.965**	**2.542**
Salários e ordenados a pagar	1.698	1.634
Pensão alimentícia a pagar	24	23
Honorários da diretoria a pagar	125	114
Rescisões a pagar	57	11
INSS a recolher	1.550	1.532
FGTS a recolher	430	406
Mensalidade sindical	1	1
Verba de sucumbência a pagar	27	25
Empréstimo consignado a pagar	120	107
Total encargos sociais e trabalhistas	**4.032**	**3.853**
TOTAL	**6.997**	**6.395**

12. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS	**31.12.2021**	**31.12.2020**
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	3.663	5.365

O valor de R$ 3.663 (R$ 5.365 em 2020) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.418/85 que criou o Vale-Transporte e mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VT's, e de convênios/contrato com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, entre outros.

13. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2021	**31.12.2020**
	Circulante	**Circulante**
Trabalhistas	3.697	1.236
Cíveis e Fiscais	138.600	140.966
TOTAL	**142.297**	**142.202**

13.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 126 (160 em 2020) processos de natureza trabalhista.

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências trabalhistas, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, cujo valor era determinado em função da análise do risco jurídico (Provável, Pouco Provável e Remoto) na proporção de 100%, 50% e 20% respectivamente, podendo haver pequenas variações por conta de características individuais de cada ação.

No entanto, a partir do exercício de 2019, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício de 2021 está assim apresentada:

Descrição	**Valor**
Saldo em 31 de dezembro de 2.020	1.236
Adições	2.766
Liquidações e/ou baixas	(36)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	(269)
TOTAL	**3.697**

13.2 Processos Cíveis e fiscais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 132 (126 em 2020) processos de natureza cível. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, indenizações por dano material e moral.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, cujo valor era determinado em função da análise do risco jurídico (Alto, Médio e Remoto) na proporção de 100%, 50% e 20% respectivamente, podendo haver pequenas variações por conta de características individuais de cada ação.

No entanto, a partir do exercício de 2019, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

A movimentação das ações cíveis e tributárias durante o exercício de 2021 está assim apresentada:

Descrição	**Valor**
Saldo em 31 de dezembro de 2.020	140.966
Adições	4.206
Liquidações e/ou baixas	(6.690)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	118
TOTAL	**138.600**

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

• SINFRET: Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo - SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização do no valor de R$ 34,187 mil, totalizando o valor do processo para R$ 73,886 mil (incremento de R$ 39,699 mil);

• Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II: constituído durante o exercício de 2018 no valor de R$ 4,919 milhões, referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP. Em 31 de dezembro de 2020 a provisão relacionada à essa ação era de R$ 7,918 mil.

• Consórcio Ferreira Guedes - Araguaia: Ação movida no valor de R$ 17,473 mil que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo permanece sem alterações.

• Consórcios INTERVIAS, ANHANGUERA, INTERNORTE e UNILESTE: A provisão constituída durante o exercício de 2018 no valor de R$ 10,264 milhões, se refere à ação que questiona suposta retenção de valores no ressarcimento das gratuidades dos benefícios do Sênior Paulista (Lei Estadual nº 15.187/2013) e do Passe Livre (Lei Estadual nº 15.692/2015), quando dos pagamentos realizados em maio/2018 para a compensação de valores devidos em favor da EMTU/SP a título de Parcela “A” do ressarcimento, pelo não reajuste tarifário em janeiro de 2014 (Processo STM nº 503/2014), classificado como risco alto em detrimento da matéria e de decisões judiciais favoráveis aos Consórcios. Em 31 de dezembro de 2020, o valor dessa provisão é de R$ 6.000 milhões;

• Consórcio Corredor 4 Guarulhos: A provisão que foi constituída durante o exercício de 2018 estava apresentada no montante de R$ 4.063 milhões e posteriormente atualizada para R$ 3,507 milhões em 2019, trata-se de ação de indenização por acréscimo de despesas suportadas pela autora em razão da prorrogação contratual e pela supressão contratual acima do limite previsto em lei. Em 2020 foi totalmente liquidado;

• Consórcio Corredor 4 Itapevi: Provisão constituída no montante de R$ 16,768 mil (R$ 5,762 mil em 2019) relativa a multas e descumprimentos contratuais e cobrança por serviços não pagos por ausência de previsão contratual, perdas e danos. Ação julgada procedente para condenar a ré ao pagamento de R$ 5.438 milhões (agosto/2012) acrescidos de correção monetária, além de indenização por lucros cessantes em razão da rescisão contratual, que deverão ser apurados na fase de liquidação.

13.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2021	**31.12.2020**
Trabalhistas	9.038	11.396
Cíveis e Fiscais	20.897	14.887
TOTAL	**29.935**	**26.283**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 240.889.266.402 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 2021 o valor de R$ 2.408.892.664,02 (R$ 2.408.892.664,02 em 2020), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R$ 183.159.962,99 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível conforme Notas Explicativas nº 7 e 8.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2021, a rubrica mantém registrado o montante de R$ 173.058.233,14 (R$ 121.527.450,93 em 31.12.2020) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

d) Lucro (prejuízo por ação) - O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

e) Destinação do resultado e dividendos - O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo líquido em suas demonstrações contábeis e por isso em 2022, a Administração da Companhia indicou à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que não fossem pagos dividendos ou juros sobre capital próprio.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**31.12.2021**	**31.12.2020**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com taxas e tarifas - operação do sistema e Trólebus	14.143	3.150
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão - Regiões Metropolitanas	28.763	29.442
Gerenciamento e Multa - Concessão	63.154	51.877
Receitas com locação e sublocação de imóveis	5.960	4.591
Carteira Transporte Escolar Metropolitano	1.434	2.876
Receitas diversas [(a)]	11.385	1.944
SUBTOTAL	**124.839**	**93.880**
DEDUÇÕES E IMPOSTOS		
Impostos sobre a receita bruta[(b)]	(10.526)	(8.534)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**114.313**	**85.346**

a) Em 31 de dezembro de 2.021 inclui o montante de R$ 11.042 (R$ 1.766 em 2020), referente à reversão e recebimento de perdas esperadas na realização de créditos com clientes (reversão da PCLD);

b) Inclui o montante de R$ 1.877 (R$ 1.522 em 2020) e R$ 8.648 (R$ 7.012 em 2020), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R$ 4.832 registrado em 2021 (R$ 5.294 em 2020) contabilizado como Outras Receitas Operacionais, R$ 4.362 (R$ 4.851 em 2020) se refere ao ressarcimento de gastos com Terminais e Outros.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Do montante de R$ 9.955 registrado em 2021 (R$ 7.604 em 2020), contabilizado como Outras Despesas Operacionais, R$ 9.435 (R$ 7.056 em 2020) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	**31.12.2021**	**31.12.2020**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	47.789	44.632
Materiais	160	639
Utilidades e serviços	16.632	19.632
Depreciação e amortização	37.817	62.403
Gastos gerais	280	154
SUBTOTAL	**102.678**	**127.460**
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	42.031	41.183
Materiais	160	373
Utilidades e serviços	8.869	8.601
Depreciação e amortização	253	870
Gastos gerais	77	225
Provisões contingenciais	1.046	44.800
SUBTOTAL	**52.346**	**96.052**
TOTAL	**155.114**	**223.512**

19. RESULTADO FINANCEIRO	**31.12.2021**	**31.12.2020**
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	548	962
Descontos e abatimentos	195	193
Juros e encargos ativos	833	214
SUBTOTAL	**1.576**	**1.369**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Bancárias	(224)	(339)
Encargos por atraso e IOF	(2)	(1)
SUBTOTAL	**(226)**	**(340)**
TOTAL	**1.350**	**1.029**

20. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2021, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 6.

Gratuidade - Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.

Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, e está limitada á remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Convênio SEC - Serviço Especial Conveniado - LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir:

	31.12.2021	**31.12.2020**
	Circulante	**Circulante**
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	18.059	18.578
Contas a receber de clientes	31.176	26.669
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	21.537	13.123
Contas a pagar	2.673	4.092
Recebimentos antecipados	3.663	5.365

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente á obrigação disponível em aplicação financeira.

Gerenciamento de Risco - As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

• Risco de Liquidez - é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos á vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS e a dívida relacionada ao ICMS sobre tração, são exigíveis em curto prazo.

• Risco de Crédito - decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2.022.

BALANÇO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto - PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO	**31.12.2021**		**31.12.2020**	
PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	**Participantes**	**Homem/ Hora**	**Participantes**	**Homem/ Hora**
Integração	39	1,08	30	1,40
Aperfeiçoamento Profissional	118	23,05	2	40,00
Especialização e Atualização	184	23,03	459	5,20
Capacitação e Reciclagem	134	20,32	1.069	12,83
Eventos	512	0,014	419	0,02
TOTAL - INDICADORES DE TREINAMENTO	**987**		**1.979**	

INDICADORES DE TREINAMENTO	**31.12.2021**	**31.12.2020**
Número de Cursos	20	25
Empregados Treinados	987	1.979
Homens / Horas	67,49	59,45
INVESTIMENTOS TOTAIS (R$ mil)	**29**	**19**

INDICADORES SOCIAIS	**31.12.2021**		**31.12.2020**	
NATUREZA DE ATENDIMENTO	**Empregados**	**Não Empregados**	**Empregados**	**Não Empregados**
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	**428**	**0**	**19**	**0**
Exame Admissional	4	-	4	-
Exame Demissional	23	-	15	-
Exame Periódico	401	-	-	-
SERVIÇO SOCIAL	**18**	**14**	**40**	**11**
Licença Maternidade	3	-	3	-
Licença Paternidade	1	-	3	-
Auxílio Doença	5	-	13	-
Retorno ao Trabalho	2	-	9	-
Nascimentos	4	-	6	-
Falecimentos	3	14	3	11
Apoio - atendimento interno e externo	-	-	3	-
QUALIDADE DE VIDA	**474**	**169**	**300**	**164**
Vacinação anti-gripal	203	169	300	164
Palestra/Saúde/Qvt	271	-	-	-
SEGURANÇA DO TRABALHO	**242**	**40**	**25**	**-**
Número de Acidente de Trabalho	-	-	4	-
SIPAT	205	40	-	-
CIPA	37	-	21	-
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS	**1162**	**223**	**384**	**175**

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura de-

continua

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 20:32:10 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de Transportes Metropolitanos

EMTU

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

BALANÇO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

monstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CÁLCULO	31.12.2021 (R$ mil)	31.12.2020 (R$ mil)
Receita Líquida (RL)	114.313	85.346
Resultado Operacional (RO)	11.635	42.114
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	71.417	71.652

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.955	6,94	4,33	4.904	6,84	5,75
Encargos Sociais Compulsórios	16.245	22,75	14,21	16.417	22,91	19,24
Saúde	12.886	18,04	11,27	13.093	18,27	15,34
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	59	0,08	0,05	55	0,08	0,06
Auxílio Creche	103	0,14	0,09	122	0,17	0,14
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	44	0,06	0,04	66	0,09	0,08
Outros	593	0,83	0,48	764	1,07	0,90
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**34.885**			**35.421**		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES	2.163	18,59	1,89	2.736	6,50	3,21
Serv. Especial Ligado - SEE	435	3,74	0,38	333	0,79	0,39
Outros	251	2,16	0,22	163	0,39	0,19
Total das contribuições para a sociedade	**2.849**			**3.232**		
Tributos (excluídos encargos sociais)	11.481			9.395		
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**14.330**			**12.627**		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS

	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.695	14,57	1,48	1.653	3,93	2,31

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	31.12.2021	31.12.2020
Nº de empregados ao final do período	471	490
Nº de admissões durante o período	4	4
Nº de demissões durante o período	23	15
Nº de diretores (1)	3	3
Nº de empregados terceirizados requisitados	5	6
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) (2)	274	275
Nº de estagiários	24	45
Nº de jovem cidadão	-	-
Nº de aprendizes	12	20
Nº de empregados acima de 45 anos	340	344
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	5	6
Efetivos por sexo: Homens (3)	337	372
Mulheres	178	192
Efetivos por tempo de serviço - média/ano (3)	15	13
Efetivos por faixa etária - média/ano (3)	49	47
% de cargos de chefias ocupados por mulheres (4)	23,50%	25,00%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa (3)	107	122
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos (4)	3,92%	3,85%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	3	3
Número de portadores de deficiência / necessidades especiais	4	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9%	9,9%

Observações:

(1) Número de diretores nomeados.

(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP

(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários e jovens cidadãos

(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

Áreas	2021	2020
Locação de veículos auxiliares:	66	68
Manutenção Predial e Jardinagem	27	30
Portaria:	44	43
Limpeza:	26	23
Copeiragem:	4	3
Vigilância / Segurança:	60	66
Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs	36	35
Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME):	5	4
Gerenciamento de Obras	3	-
Malote e Mov. Correspondências:	3	3
Total	**274**	**275**

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES	31.12.2021	31.12.2020
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações-críticas e denúncias de consumidores:	Na empresa: 9.488 No Procon 88 Na justiça 59	Na empresa: 11.421 No Procon: 104 Na justiça: 62
% de reclamações- críticas e denúncias atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	31.12.2021		31.12.2020	
Região Metropolitana de São Paulo	**Nº**	**%**	**Nº**	**%**
Total de Ligação Recebida	**64.726**	**100**	**78.416**	**100**
Informação	55.783	86,18	68.179	86,95
Reclamação	7.867	12,15	9.166	11,69
Sugestão	903	1,40	867	1,11
Elogios	147	0,23	157	0,20
Denúncia	26	0,04	47	0,06
Região Metropolitana da Baixada Santista				
Total de Ligação Recebida	**3.179**	**100**	**4.161**	**100**
Informação	2.561	80,56	3.147	75,63
Reclamação	506	15,92	880	21,15
Sugestão	91	2,86	104	2,50
Elogios	20	0,63	24	0,58
Denúncia	1	0,03	6	0,14
Região Metropolitana de Campinas				
Total de Ligação Recebida	**2.920**	**100**	**3.282**	**100**
Informação	2,029	69,49	2.281	69,50
Reclamação	706	24,18	846	25,78
Sugestão	177	6,06	142	4,33
Elogios	6	0,21	9	0,27
Denúncia	2	0,07	4	0,12
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte				
Total de Ligação Recebida	**1.395**	**100**	**1.964**	**100**
Informação	1.085	77,78	1.589	80,91
Reclamação	200	14,34	267	13,59
Sugestão	98	7,03	92	4,68
Elogios	7	0,50	3	0,15
Denúncia	5	0,36	13	0,66
Região Metropolitana de Sorocaba				
Total de Ligação Recebida	**1.040**	**100**	**1.141**	**100**
Informação	755	72,60	833	73,01
Reclamação	171	16,44	187	16,39
Sugestão	109	10,48	112	9,82
Elogios	1	0,10	4	0,35
Denúncia	4	0,38	5	0,44

VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	31.12.2021	31.12.2020
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	36,84% Governo (67,96%) Acionistas 120,16% Colaboradores 10,96% Terceiros	225,40% Governo (1.402,78%) Acionistas 768,87% Colaboradores 508,51% Terceiros

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração da EMTU/SP

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguração razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguração (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguração para obter asseguração razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguração razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2021, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2021;

b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2021; e

d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social 2021 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2021 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva. Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2.022.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

Karini Letícia Bazzaneze
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2021 e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e Balanço Social. Baseados nesse exame e nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, os Membros do Conselho de Administração são de parecer que essas peças, refletindo a situação das Contas da Empresa na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2021, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembleia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMTU - 2021

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. é órgão estatutário composto por quatro membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto/SP 62.349/16 e aos Estatutos Sociais da EMTU.

Conforme o parágrafo 3º do art. 24 da Lei n. 13.303/16, o COAUD deverá se reunir de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

O COAUD não tem poder decisório ou atribuições executivas. As responsabilidades do COAUD são direcionadas ao cumprimento das atribuições legais aplicáveis e estatutárias, conforme seu Regimento Interno.

As funções do COAUD são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da administração da companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela conformidade, gerenciamento de riscos e de controles internos, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e de acordo com suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021

Em o COAUD reuniu-se em 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 2 (duas) reuni**ões** extraordinárias por videoconferência e presencialmente nas sedes da Companhia (Centro de São Paulo e São Bernardo do Campo), visitas às obras de Santos e outras instalações.

As reuniões são desenvolvidas com a discussão dos materiais técnicos e documentos disponibilizados com antecedência no Portal do COAUD bem como na recepção de profissionais e responsáveis por vários departamentos da Companhia.

As áreas de Auditoria Interna (AUD) e de Conformidade, Gestão de Risco e Controle Interno (ACI) participam de todas as reuniões do COAUD. A cada trimestre, o COAUD se reúne com o sócio da auditoria independente da firma Bazzaneze Auditores e também realiza reunião conjunta com o Conselho Fiscal para análise das Demonstrações Financeiras.

A pauta das reuniões do COAUD percorre as suas atribuições previstas na lei e no Estatuto. Todas as recomendações do COAUD são registradas em atas que são disponibilizadas para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Os extratos das atas, na forma do parágrafo 5º do art. 24 da Lei 13.303/16 estão disponíveis no website da Companhia.

Dentre os diversos assuntos abordados pelo COAUD, destacam-se: a) Auditoria Interna; b) Auditoria Externa; c) **Área de Conformidade Gestão de Riscos e Controle Interno**; d) Qualidade das Demonstrações Contábeis; d) **Área Financeira**; e) Ouvidoria; f) Comitê de Ética; g) Canal de Denúncias; h) Recursos Humanos; e i) Gerências e departamentos operacionais.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

O COAUD vem monitorando a efetividade dos controles internos através da atuação da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI), dos procedimentos efetuados pela Auditoria Interna (AUD), dos procedimentos efetuados pela auditoria externa e pelas indagações efetuadas pelos membros do COAUD aos responsáveis pelos principais departamentos da Companhia. No decorrer de 2021 os itens identificados pela ACI, AUD e auditoria externa foram discutidos e compuseram recomendações específicas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Comitê se reúne com os auditores independentes, em agenda previamente acordada, no mínimo trimestralmente, para a discussão dos principais procedimentos contábeis utilizados pela EMTU no encerramento das demonstrações financeiras trimestrais e anual, bem como, sobre o atendimento ao escopo do trabalho, das normas profissionais vigentes, dos sistemas de controles internos e da qualidade das demonstrações financeiras. Os assuntos identificados e as respectivas recomendações são registrados em atas e nos relatórios emitidos.

Não chegou ao nosso conhecimento qualquer outro fato que pudesse comprometer a independência, a integridade e a qualidade dos trabalhos de auditoria externa efetuados pela firma Bazzaneze Auditores Independentes.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INTERNOS

O COAUD vem acompanhando, ajustando e monitorando as atividades da Área de Auditoria Interna (AUD), bem como monitoramento do cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT 2021). A função de auditoria interna na EMTU teve reconhecimento de sua efetividade no âmbito interno da Companhia com agregação de valor, proteção e interação com os diversos níveis da entidade, bem como, o reconhecimento externo com a premiação do IIA - Instituto dos Auditores Internos e pela Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM no Summit STM 2021 com tema Auditoria Interna - Uma ferramenta para eficiência e gestão da máquina pública. Os resultados dos trabalhos da AUD estão evidenciados nos relatórios específicos e no Relatório Anual (RAINT), conforme apresentado no Conselho de Administração.

Adicionalmente, a AUD vem realizando eventos técnicos envolvendo toda a Companhia, bem como, convidados de outras empresas do Governo do Estado para disseminação da cultura de auditoria interna como proteção da empresa e criação de valor.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021

O COAUD analisou os principais procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021. As considerações sobre as informações trimestrais referentes a mar**ço/21, junho/21 e setembro/21 foram enviadas em relatórios específicos ao Conselho de Administração conforme dispõe a lei e os estatutos.**

O COAUD analisou as informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Auditoria Independente.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis foi elaborado pela firma Bazzaneze Auditores Independentes S.S. com emissão de opinião sem ressalvas e sem parágrafo de ênfase, datado de 14 de fevereiro de 2022, de acordo com as normas profissionais aplicáveis ao trabalho de auditoria externa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário da EMTU, no curso de suas atribuições legais e estatutárias, não identificou quaisquer outras situações de divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e ao próprio COAUD.

O COAUD considera que os assuntos pertinentes às suas competências que lhes foram dados a conhecer no curso de suas atividades estão reportados no presente relatório e recomenda que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021 sejam divulgadas na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:
DANILO FERREIRA GOMES

Conselheiros:
MARCO ANTONIO ASSALVE
PAULO DE MAGALHÃES BENTO GONÇALVES
NEIVA APARECIDA DORETTO
RUI DE BRITTO ALVARES AFFONSO
HÉLIO FUMIO KUBATA
GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY

Conselheiros Independentes:
MARIA CRISTINA ALVARENGA TAVEIRA
ANDRÉ DE ARAÚJO SOUZA
JOÃO MAURÍCIO FERREIRA MACIEL

Conselheiro Representante dos Empregados:
LOMAS ALCALAI CAMARGO

CONSELHO FISCAL

Membros:
DELSON JOSÉ AMADOR
FERNANDO JOSÉ DE SOUZA MARANGONI
GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
GILSA EVA DE SOUZA COSTA
WILSON SÉRGIO PEDROSO JÚNIOR (suplente)

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador:
ANDRÉ DE ARAUJO SOUZA
Membros:
CARLOS HENRIQUE LACATIVA
NATÁLIA REGINA PINHEIRO QUEIROZ
MOACIR VIEIRA SERODIO FILHO

DIRETORIA

Diretor- Presidente:
MARCO ANTONIO ASSALVE

Diretor Administrativo e Financeiro:
GIULIANO VINCENZO LOCANTO

Diretor de Gestão Operacional:
FRANCISCO EIJI WAKEBE

CONTADORA

VERA APARECIDA PIFFER
CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP
São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP** ("**Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. – EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista à relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Mensuração do Ativo Imobilizado e Intangível – Notas Explicativas nº 8 e 9

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha registrado no seu balanço patrimonial o montante de R$ 2.105.674 mil (R$ 2.079.307 mil em 2020) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos, correspondentes à 97,44% (97,47% em 2020) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas uteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com os saldos contábeis; iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas – Nota Explicativa nº 13

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 142.297 (R$ 142.202 em 2020), representados por R$ 3.697 (R$ 1.236 (em 2020) referente a ações trabalhistas e R$ 138.600 (R$ 140.966 em 2020) referente à ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas.

Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, a partir do exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2.021 e de 2.020, principalmente relacionados a ações trabalhistas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 19 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, contendo ênfase quanto à incerteza relevantes relacionada à continuidade operacional da Companhia em virtude da Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 (Projeto de Lei 529/2020) e ênfases relacionadas às transferências do Ativo Imobilizado em Andamento para o Ativo Imobilizado em Uso registradas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como relacionada à Análise de vida útil e teste de recuperabilidade *(impairment test)* de ativos não financeiros. As referidas ênfases não são mais necessárias, em virtude de não haver expectativas líquidas e certas quanto ao início do processo de extinção da Companhia autorizado pela Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 (Projeto de Lei 529/2020) e em razão de a Companhia ter concluído durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as análises referentes ao teste de recuperabilidade *(impairment test)* e revisão das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, que passou a ser reportado no parágrafo Principais Assuntos de Auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação e eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação á capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2.022.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

Karini Letícia Bazzaneze
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de Transportes Metropolitanos

EMTU

www.emtu.sp.gov.br

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 20:32:13 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*